



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Inspeção de Controle Externo

TCDF - 4ª ICE/3ª DI

Folha nº 79

Processo nº 3869/91

Rubrica

PROCESSO Nº 3.869/91

ÓRGÃO DE ORIGEM: Polícia Civil do DF - PCDF.

ASSUNTO: **Aposentadoria.**

EMENTA: - Aposentadoria de NEURACI HEBIO VIEIRA, matrícula nº 20.804-3, no cargo de Agente de Polícia, Classe Especial, Padrão III, nos termos do artigo 1º, inciso I da Lei Complementar nº 51/85, combinado com o artigo 40, inciso III, §§ 1º e 4º da CRFB, com as vantagens do art. 2º da Lei nº 6.732/79, de acordo com o ato publicado no DODF de 21.03.91;

- Revisão de proventos para exclusão da vantagem do art. 2º da Lei nº 6.732/79 e inclusão da do art. 184, II, da Lei nº 1.711/52, por força do disposto no art. 250 da Lei nº 8.112/90, a contar de 19.04.91, de acordo com o ato publicado no DODF de 29.11.96. Falha formal na edição do ato: retificação em vez de revisão.

Cumprimento de diligência. **Nova diligência.**

Senhora Diretora:

Trata o presente processo da aposentadoria por voluntária, com proventos integrais, cumulada com revisão de proventos, de NEURACI HEBIO VIEIRA, nos termos mencionados na ementa.

2. Integram os autos os seguintes documentos essenciais:

- Ato concessório: fl. 04;
- Demonstrativo de tempo de serviço: fls. 34/35;
- Abono provisório: fl. 42.

- Ato revisório: fls. 70/71;
- Abono provisório da revisão: fls. 76/77.

3. Os documentos de fls. 62 a 77 e a invalidação do de fl. 43 atendem parcialmente ao determinado à fl. 61, uma vez que não foi elaborado novo demonstrativo de tempo de serviço, de forma a contemplar a correta contagem do tempo de serviço do interessado, consoante os esclarecimentos prestados pela jurisdição à fl. 72.

DA APOSENTADORIA

4. Na fundamentação legal do ato de fl. 04, observa-se o deferimento da vantagem do art. 2º da Lei nº 6.732/79. Menciona, porém, o § 2º desse dispositivo,



quando, no nosso entender e à vista das parcelas registradas na transferência financeira de fl. 10-v, o correto seria haver a indicação dos §§ 1º e 3º, já que o servidor exerceu cargo em comissão até se inativar (fls. 63/65).

5. Contudo, para comprovar o direito à incorporação da vantagem anteriormente mencionada, devem ser apresentadas cópias dos atos de designação e dispensa dos cargos exercidos, à vista dos lançamentos de fls. 63/65, assim como o respectivo mapa demonstrativo de quintos.

6. No demonstrativo de tempo de serviço de fls. 34/35, foram excluídos, indevidamente, do cômputo do ATS, 47 (quarenta e sete) dias de licença para tratamento da própria saúde, registrados em 1973 e 1975, segundo informação à fl. 72 (item d), redundando, assim, na fixação incorreta do percentual daquela parcela (27%, em vez de 28%).

7. No que se refere ao abono provisório de fl. 42, foram identificadas as seguintes impropriedades:

- a) o percentual do ATS está fixado em 27%, quando deveria ser 28%, computadas as licenças para tratamento da própria saúde, nos termos da Lei nº 8.112/90;
- b) faltam as seguintes parcelas, desde que efetivamente comprovadas nos autos: quintos, opção e representação mensal, referentes ao DAI-3, ao que tudo indica, já que no ato de fl. 04 consta, em sua fundamentação legal, o art. 2º da Lei nº 6.732/79 (com incorreção quanto ao fato de indicar o § 2º desse dispositivo).

DA REVISÃO

8. O ato de fls. 70/71 retificou, em vez de revisar, a concessão inicial, ocorrendo, dessa forma, falha formal em sua edição, uma vez que houve alteração na fundamentação legal da concessão inicial, com a exclusão da vantagem do art. 2º da Lei nº 6.732/79 e a inclusão, a contar de 19.04.91, do art. 184, II, da Lei nº 1.711/52, por força do disposto no art. 250 da Lei nº 8.112/90, por ser esta mais vantajosa à época.

9. O mesmo ato incorreu em outra impropriedade, quando ratificou, indevidamente, a vantagem inicialmente deferida (art. 2º da Lei nº 6.732/79), ao invés de excluí-la. A nosso ver, o melhor procedimento seria, então, tornar sem efeito tal ato e editar-se outro, desta feita, **revendo** a concessão inicial, visando excluir o benefício da Lei nº 6.732/79 e incluir o da Lei nº 8.112/90, a contar de 19.04.91.



10. No abono provisório da revisão (fls. 76/77), não consta a vantagem do art. 250 da Lei nº 8.112/90, além de haver impropriedades no percentual de ATS (indica 28%, porém o valor corresponde a 27%) e no valor da gratificação da Lei nº 7.995/90.

11. Pelo exposto, sugere-se ao egrégio Tribunal determinar o retorno dos autos à Polícia Civil do Distrito Federal, em nova diligência, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, sejam adotadas as seguintes providências:

DA APOSENTADORIA

- I) retificar a Ordem de Serviço de 19.03.91 (fl. 04), que concedeu aposentadoria ao interessado, para, onde se lê, na sua fundamentação legal, ... *com as vantagens do artigo 2º, § 2º da Lei nº 6.732, de 04 de dezembro de 1979, alterada pelos Decretos-leis nºs 1.746, de 27 de dezembro de 1979, e 2.153, de 24 de julho de 1984, ...* que se leia ... *com as vantagens do artigo 2º, §§ 1º e 3º da Lei nº 6.732, de 04 de dezembro de 1979, alterada pelos Decretos-leis nºs 1.746, de 27 de dezembro de 1979, e 2.153, de 24 de julho de 1984, e pela Lei nº 62, de 12 de dezembro de 1989, ..., mantendo inalterados os demais termos da concessão inicial;*
- II) anexar cópia autenticada dos atos de designação e dispensa dos cargos exercidos, consoante lançamentos às fls. 63/65, elaborando, em decorrência, o respectivo mapa demonstrativo de quintos;
- III) elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 42, observando o item II da DN-TCDF nº 02/93, a fim de alterar o percentual de ATS para 28% e incluir as parcelas de quintos e de opção e representação mensal a que fizer jus o inativo, atentando para o que for apurado no item anterior;
- IV) confeccionar novo demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fls. 34/35, a fim de incluir, no tempo apurado para efeito de ATS, 47 dias de licença para tratamento da própria saúde, registrados nos anos de 1973 e 1975, conforme demonstra o documento de fl. 73, e alterar o número de dias de licença especial não gozada de 735 dias para 545;

DA REVISÃO

- V) tornar sem efeito, na Portaria coletiva de 28.11.96 (fls. 70/71), o ato que retificou a concessão inicial;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Inspeção de Controle Externo

TCDF - 4ª ICE/3ª DI
Folha nº 82
Processo nº 3869/91
Rubrica

VI) editar ato de **revisão**, visando a exclusão das vantagens previstas nos §§ 1º e 3º do artigo 2º da Lei nº 6.732/79 da fundamentação legal da concessão inicial e a inclusão nesta do benefício do art. 184, item II, da Lei nº 1.711/52, por força do disposto no artigo 250 da Lei nº 8.112/90, a contar de 19.04.91;

VII) elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fls. 76/77, observando o item II da DN-TCDF nº 02/93, de forma a contemplar, a contar de 19.04.91, o benefício decorrente do ato revisório a ser editado; e

VIII) tornar sem efeito os documentos porventura substituídos.

À consideração superior.

Brasília, 02 de junho de 1998.

Marco Antônio de Carvalho
Analista de Finanças e Controle Externo
Mat. nº 536-3